

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

PEDAGOGIA ONLINE

**PROJETO INTEGRADO
EJA E DIVERSIDADE**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
JUNHO, 2023

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

PEDAGOGIA ONLINE

EJA E DIVERSIDADE

- Educação de Jovens e Adultos – Prof^ª Me. Fátima A Medici
- Educação, Direitos Humanos e Diversidade – Prof^ª Me. Mariângela L Jacomini

Estudantes:

Janaina dos Santos Silva, RA 1012021100088

Patrícia D' Arcadia Miguel, RA 1012020100959

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
JUNHO, 2023

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	5
3	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	6
4	CONCLUSÃO	10
	REFERÊNCIAS	11

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que depois de muitos anos, tantas lutas e conquistas pelo direito da cidadania e educação de qualidade, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda está em construção. Ainda há muitas barreiras e obstáculos que temos que enfrentar para que a EJA tenha mais visibilidade e avanços significativos, para que traga benefício para os cidadãos.

A EJA, enquanto modalidade de ensino, ingressou no Brasil nos anos 90, e era dirigida mais ao público adulto do que ao público jovem. Ao longo dos anos ocorreram várias mudanças procurando contribuir para a educação, vários documentos foram surgindo e sendo atualizados para que expressassem o valor e a importância que essa modalidade de ensino pode nos oferecer, a normatização na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1), conforme o Parecer da Câmara de Educação Básica que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos:

A EJA, de acordo com a Lei 9.394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente (CNE/CEB 11/00, p. 2).

Iremos ao longo desta pesquisa, ampliar nossos conhecimentos sobre a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, explorando as diferentes formas de alfabetizarmos esse público. Assim como nos foi proposto no estudo de caso que abordasse-mos os conceitos e ideias sobre a educação de jovens e adultos como garantia dos direitos humanos em respeito à diversidade. E elaborar um pequeno roteiro de ações de qual forma abordaremos esse trabalho, expondo ações de organização da turma, proposta de projetos e atividades intra e extraclasse, metodologia a ser usada, materiais didáticos que precisará providenciar etc (UNIFEQB 2023).

2 OBJETIVOS

- Identificar a diversidade no público alvo da EJA e suas especificidades.
- Conhecer e aplicar aspectos pedagógicos específicos dessa modalidade de ensino.
- Abranger as leis que norteiam a Educação de Jovens e Adultos
- Compreender a prática pedagógica para o público da modalidade EJA
- Analisar os benefícios que nos é ofertado através dessa modalidade de ensino.

3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A educação de Jovens e Adultos (EJA) foi criada para o indivíduo que não teve a oportunidade de iniciar ou concluir seus estudos em idade escolar, no ensino fundamental ou médio. O objetivo do EJA também é desenvolver novas habilidades, formar um cidadão crítico e conhecedor de seus direitos e deveres, além de um sujeito apto para exercer seu papel na sociedade.

A educação de jovens e adultos é garantida pela constituição brasileira:

A Constituição Federal do Brasil/1988 incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). “I – Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.” (CF. Art. 208). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações (BRASIL, 1988).

Paulo Freire um escritor, educador e filósofo pernambucano foi um dos colaboradores da EJA onde defendia uma educação democrática e libertadora: “[...] mundo do trabalho é um ensino emancipador para contribuir na formação de sujeitos que identifiquem os próprios interesses e leiam o mundo e ajam nele, transformando-o.” (FREIRE, 2009, p. 13).

Para que ocorra uma mudança social é importante a mudança de comportamento com ênfase na educação equilibrando desenvolvimento e especificidades renovando e interagindo com o novo. Esse é o caminho para que o sujeito compreenda a si mesmo e o mundo em que vive, construindo sua identidade e ideologia para ser um ser socializado.

O professor de EJA vai precisar conhecer a realidade dos alunos para poder fazer as adaptações aos conteúdos pedagógicos aproveitando as experiências dos discentes, visto que o perfil dos alunos da EJA é diversificado com relação a idade e escolaridade e são indivíduos que por algum motivo, interromperam os estudos na idade escolar. Na maioria das vezes são pessoas de classe baixa, marginalizadas que veem na EJA uma expectativa de vida melhor.

A educação de jovens e adultos (EJA) vem enfrentando muitos desafios para proporcionar uma educação eficaz e progressiva para aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade correta.

O alto índice de analfabetismo e a baixa escolaridade da população brasileira contribuem para a desigualdade socioeconômica na sociedade; como consequência, há o aumento da pobreza, o crescimento da delinquência, desemprego e outros males que atingem o povo, “(...) o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. (GADOTTI, 2011, p. 36).

Em 1970, o MOBREAL foi implantado pelo governo através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 592/71; em 1974, os CES (Centros de Estudos Supletivos) foram implantados pelo MEC; e em 1985 a Fundação EDUCAR que tinha como objetivo promover um breve resumo de conteúdos para que os alunos conseguissem um diploma em curto prazo, porém sem êxito.

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/ 96), os jovens, adultos e idosos analfabetos passaram a ser objeto da legislação, com uma seção e dois artigos destinados a eles. O grupo foi inserido, assim, pela primeira vez no âmbito legislativo. Promulgou-se, através da Constituição de 1988, a ampliação do dever do Estado com a Educação de Jovens e Adultos.

A educação ganhava novos impulsos sob a crença de que seria necessário educar o povo para que o país se desenvolvesse, assim como para participar politicamente através do voto, que se daria por meio da incorporação da enorme massa de analfabetos (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p. 4).

Em 1997, surgiu a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é uma modalidade formal, assegurada na Constituição Federal. A EJA é direito de todo cidadão brasileiro que, por algum motivo, deixou de estudar em idade escolar e não completou seus estudos.

A LDB 9394/96 traz a EJA como modalidade de educação infantil superando sua dimensão de ensino supletivo, dessa forma, seria oferecida a todos que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos em idade escolar.

Em 10 de maio de 2000, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais para a EJA. Reconheceu-se, dessa forma, o valor da modalidade como direito, não mais sendo compensatória. A modalidade passou a possuir as funções reparadora, equalizadora e qualificadora. Função reparadora: é o ressarcimento do direito a todos ao acesso à Educação Básica e sua gratuidade.

Função equalizadora: a igualdade de oportunidades oferecidas às crianças, também oferecida aos jovens e adultos na Educação Básica, flexibilidade com horários, adaptações necessárias aos jovens e adultos, pois estes já vêm com uma carga de experiências.

Função qualificadora: tem a função de atualizar os conhecimentos, estimular a desenvolver uma consciência questionadora, reflexiva, crítica e construir um cidadão pleno para exercer sua cidadania.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem o papel da construção curricular para a formação dos sujeitos dessa modalidade de ensino. Além disso, fornece subsídios para se afirmarem como pessoas ativas, críticas e democráticas. O objetivo da EJA é desenvolver o processo de formação humana, social, ao respeitar a cultura, experiência e conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida dos discentes, complementando com valores e saberes novos e saberes técnicos e específicos. Na EJA, as disciplinas e cargas horárias são as mesmas da Educação Básica, para que esses indivíduos possam ser inseridos no mercado de trabalho. Os dados apontam que o perfil dos alunos da EJA é caracterizado por: habitantes das periferias das cidades; moradores da área rural; pessoas marginalizadas e expostas a situações de pobreza; pessoas desempregadas; indivíduos que sofrem com exclusão racial; educação deficitária; famílias mal estruturadas, entre outros fatores. Geralmente, esses indivíduos não estudaram ou não finalizaram os estudos por inúmeros motivos; eles têm interesse de iniciar ou dar continuidade aos estudos com expectativa de mudanças, transformações em suas vidas.

Direitos Humanos são normas e leis que protege e ampara todo cidadão sem exceção, independente da raça, cor, sexo, religião, orientação sexual, idioma ou partido político.

A escola é o melhor lugar para aprender a exercer os direitos, visto que a diversidade é grande, pois nesse ambiente convivem pessoas com diferentes culturas e cada um deve ser respeitado. Direitos e deveres são para todos.

Nesse sentido, em 10 de dezembro de 1948, a ONU lança a Declaração Universal dos Direitos Humanos em resposta a todas as atrocidades cometidas nas duas guerras mundiais, garantindo a todos o respeito, a igualdade e a liberdade.

Para começar a trabalhar com a turma vamos precisar conhecer a história, a vida, o espaço que eles vivem e quais os motivos que levaram a não concluir os estudos. Após a análise dos históricos de vida, optamos por um roteiro diferenciado de alfabetização para jovens e adultos trabalhando temas que surgirem a partir das necessidades da turma, ensinando que todos têm direitos e deveres fazendo com que busquem sua cidadania através do conhecimento da sua identidade, reconhecer suas origens com a finalidade de identificar a origem do seu nome, reconhecer as letras do seu nome e conhecer o alfabeto.

Vamos dividir a turma em dois grupos: analfabetos totais e analfabetos funcionais. Com os analfabetos totais serão trabalhadas as vogais e as consoantes para que possam reconhecer o alfabeto. Com os analfabetos funcionais será trabalhado a formação de frases e identificação das diferenças da letra de forma e da letra cursiva, utilizando bulas, receitas, jornais, músicas, etc, criando situações para que os alunos percebam as diferenças.

Também seria implantado projetos de prevenção às drogas, proporcionando palestras, exibição de vídeos, rodas de conversas, para que eles possam trocar experiências e percebam que não estão sozinhos nessa luta e que um pode auxiliar o outro quando necessário.

A ideia é que os alunos participem, de maneira satisfatória e descontraída, onde se sintam acolhidos e pertencentes ao ambiente escolar e percebam que tem pessoas que acreditam nas mudanças e na capacidade que eles têm em aprender.

4 CONCLUSÃO

Sabemos que o índice de analfabetismo e a baixa escolaridade da população brasileira contribuem para a desigualdade socioeconômica na sociedade e como consequência, há o aumento da pobreza, o crescimento da delinquência, desemprego e outros males que atingem o povo. Buscamos através da Educação de Jovens e Adultos soluções para que os Direitos Humanos sejam respeitados pois, os direitos são normas e leis que protegem e amparam todo cidadão sem exceção, independente da raça, cor, sexo, religião, orientação sexual, idioma ou partido político. A escola nada mais é que o melhor lugar para aprender a exercer os direitos, visto que a diversidade é grande, pois nesse ambiente convivem pessoas com diferentes culturas e cada um deve ser respeitado.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem o papel da construção curricular para a formação dos sujeitos dessa modalidade de ensino. Além disso, fornece subsídios para se afirmarem como pessoas ativas, críticas e democráticas. O objetivo da EJA é desenvolver o processo de formação humana, social, ao respeitar a cultura, experiência e conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida dos discentes, complementando com valores e saberes novos e saberes técnicos e específicos.

Sendo assim, é necessário que as escolas e os profissionais da educação que aborda essa modalidade, estejam preparados para atender a demanda do público jovem e adulto, pensando sempre na reestruturação da proposta curricular da escola e desenvolvendo condições necessárias e adequadas à realidade dos alunos para a construção de uma aprendizagem significativa como a permanência do educando. Acreditando sempre em maneiras adequadas que possibilitem mudanças nas propostas pedagógicas para se adequar a este público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. [**Constituição (1988)**] .Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2009. pág 13

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José(org.). **Educação de jovens e adultos:teoria,prática e proposta**. São Paulo :Cortez, 2011. pág 36

Parecer **CNE/CEB nº 11/2000**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Uma Análise Histórico-Crítica**. Revista Eletrônica Ciências Educação, Campo, v.5, n.5, nov. 2006.

UNIFEOB. **Projeto Integrado: Orientações**. São João da Boa Vista-SP: Fundação de Ensino Octávio Bastos, 2023.